

Os Paradigmas na Ciência Política: desenvolvimento econômico e democracia na América Latina

Roberta Carnelos Resende

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE-BRASIL

roberta_carnelos@yahoo.com.br

Sara Epitácio

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, SÃO BORJA-BRASIL

saraepitacio@hotmail.com

Resumo: O objetivo principal deste artigo é analisar a discussão entre desenvolvimento econômico e democracia a partir dos paradigmas da Ciência Política. A preocupação em compreender de que maneira variáveis econômicas poderiam influenciar no regime democrático fez-se presente tanto nos estudos comportamentalistas como nos neo-institucionalistas, embora tal preocupação tenha originado uma corrente relativamente autônoma de análise com este fim (teóricos da modernização). Por fim, pretende-se verificar empiricamente, de que forma desenvolvimento econômico pode ser relacionado às democracias na América Latina. Para tanto, utiliza-se dados econômicos disponibilizados pelo Banco Mundial e de percepção do Latinobarômetro, de 1997 a 2009.

Palavras-chave: paradigmas da ciência política, desenvolvimento econômico, democracia, América Latina

Abstract: *The main objective of this paper is to analyze the discussion between economic development and democracy from the perspective of political science paradigms. The concern to understand how economic variables could influence the democratic regime was present in both the behaviorists' studies as the neo-institutionalists, although this concern has caused a relatively autonomous area of analysis for this purpose (modernization theorists). Finally, we intend to verify empirically how economic development can be related to democracies in Latin America. To do this, it uses economic data by World Bank and data perception by Latinobarômetro, 1997-2009.*

Keywords: *paradigms of political science, economic development, democracy, Latin America*

1. Introdução

A Ciência Política, por mais complexo e controverso que seja delimitar seu objeto de estudo, se interessa pelas ações e instituições sociais que se relacionam, diretamente ou não, com a maneira pela qual as decisões são tomadas, e por suas consequências (Easton, 1985). Easton identifica quatro fases dos estudos da Ciência Política nos Estados Unidos: a) formal - ênfase nos estudos das leis e de distribuição

do poder; b) tradicional – destaque para as análises dos efeitos dos partidos políticos no Congresso e para a descrição do processo político entre as décadas de 1920 e 1940; c) comportamentalismo – influenciado pelas teorias da Psicologia, centravam-se na perspectiva da existência de regularidade e previsibilidade do comportamento dos indivíduos, embasados por testes empíricos; d) pós-comportamentalismo – iniciado ainda na década de 1960, pautado, especialmente, em críticas quanto à neutralidade desta ciência.

Segundo Kuhn (2000), o estudo dos paradigmas é o que prepara os estudantes para ser membro de uma comunidade científica, já que os indivíduos que compartilham de um paradigma estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica. Esse consenso aparente e compartilhamento são pré-requisitos para a ciência normal, isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada. Para ele, a aquisição de um paradigma constitui-se num indicativo de maturidade no desenvolvimento de qualquer campo científico. Por paradigma entende-se as realizações científicas universalmente reconhecidas, que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. Um paradigma adquire tal status por ser mais bem sucedido do que seus competidores na resolução de problemas, e, inicialmente, seu sucesso está atrelado, em grande parte, à “promessa de sucesso que pode ser descoberta em exemplos selecionados e ainda incompletos” (idem, p.44).

A ciência normal, entendida como pesquisa firmemente baseada em realizações científicas passadas e reconhecidas por uma comunidade científica específica que fundamentaria a prática posterior, atualiza essa promessa, ampliando o conhecimento dos fatos que o paradigma apresenta como particularmente relevantes, aumentando a correlação entre tais fatos e as predições do paradigma e articulando ainda mais o próprio paradigma. Esse empreendimento de limpeza de que se ocupam muitos cientistas parece ser uma tentativa de forçar a natureza a encaixar-se nos limites pré-estabelecidos e por vezes inflexíveis fornecidos pelo paradigma. Deste modo, a ideia de paradigma está estreitamente relacionada à ciência normal. As transformações de paradigmas são revoluções científicas, e a transição sucessiva de um paradigma a outro, por meio de uma revolução, é o padrão usual do desenvolvimento da ciência amadurecida¹. As revoluções científicas são episódios extraordinários nos quais ocorre alteração de compromissos profissionais, ou ainda, são os complementos desintegradores da tradição a qual a atividade da ciência normal está associada (Kuhn, 2000).

1. O autor exemplifica com o caso das revoluções da óptica física pós-newtoniana, porém, atenta para o fato de que a ciência se desenvolve mesmo antes de adquirir seu primeiro paradigma aceito, e que, neste caso, os trabalhos anteriores a Newton foram bastante relevantes (p.25).

Visto isso, o objetivo principal deste trabalho é analisar o debate entre desenvolvimento econômico e democracia à luz dos paradigmas da Ciência Política. A preocupação em compreender de que maneira variáveis econômicas poderiam influenciar no regime democrático fez-se presente nos estudos comportamentalistas e neo-institucionalistas, embora tal preocupação tenha originado uma corrente relativamente autônoma de análise com este fim (teóricos da modernização). O artigo está organizado em três partes, que constituem também os objetivos específicos desta pesquisa. Na primeira apresenta-se as características gerais dos paradigmas na Ciência Política, premissas teóricas e metodológicas, bem como suas insuficiências na resolução dos novos problemas que se apresentaram. Na segunda parte, a discussão da literatura sobre democracia e desenvolvimento econômico será sintetizada, à luz dos paradigmas. Por fim, aprofundando uma tipologia de análise comportamentalista, pretende-se verificar, empiricamente, de que forma desenvolvimento econômico pode ser relacionado às democracias na América Latina. Sobre esta última parte, cabe salientar que será utilizada a percepção dos latino-americanos sobre o regime democrático de seus países (satisfação com a democracia - uma variável cultural), e não um comportamento propriamente dito, e variáveis socioeconômicas, tais como PIB e coeficiente de GINI, afim de verificar se um determinado contexto socioeconômico pode influenciar na percepção sobre a democracia. Os dados referentes à “satisfação com a democracia” foram retirados do banco de dados do Latinobarômetro, e os dados socioeconômicos foram coletados junto ao Banco Mundial.

2. Os paradigmas na Ciência Política

As análises da Ciência Política, segundo Rothstein (1996), ao emergir enquanto disciplina acadêmica, no final do século XIX, objetivava verificar o melhor modelo constitucional a ser adotado. Nesta fase formal da política, as instituições políticas seriam compreendidas com o estabelecimento das leis que regem a distribuição do poder em um sistema político. Entre as décadas de 1920 e 1940, observou-se um deslocamento de estudos formais em virtude do desenvolvimento de instituições informais para a compreensão do fenômeno político, como os partidos políticos e grupos de pressão. Neste período, nomeado de tradicional (pré-comportamentalista), os procedimentos metodológicos mais utilizados eram coleta de dados e descrições dos processos políticos (Easton, 1985). A junção desses dois períodos descritos por Easton ficou conhecido na Ciência Política como antigo institucionalismo².

2. Rhodes (2006) afirma que os estudos formais-legais sempre estiveram presentes nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, e por isso, o autor não coaduna com a nomenclatura do velho e do neo-institucionalismo.

Os fenômenos políticos que surgiram a partir da década de 1930, entre eles o nazismo e a crise do liberalismo, não podiam ser explicados por análises formalistas e descritivas, e a abordagem institucionalista já não era mais suficiente. Em especial no pós-segunda guerra, tais análises passaram a focar a dinâmica real da política, com ênfase na investigação factual, hipóteses testáveis e busca de generalizações empíricas, incorporando técnicas mais avançadas de estatística e também a utilização do método comparativo. Nesse sentido, a ciência política estaria diante da “revolução comportamentalista” (Peres, 2008).

O comportamentalismo é uma designação genérica do behaviorismo. Este, por sua vez, teve como ponto inicial o artigo “A psicologia como um comportamentalista a vê” de John Watson, publicado em 1913, em que a proposta inicial era prever e controlar o comportamento, em oposição às análises da Psicologia vigente, marcada pela introspecção e análise dos processos mentais da consciência. A adoção do paradigma comportamentalista na Ciência Política ocorreu como um movimento acadêmico de rejeição ao antigo institucionalismo. A desvalorização dos trabalhos de cientistas políticos institucionalistas nos EUA, motivada pela incongruência entre a prática do governo (guerra fria) e o antigo institucionalismo; insuficiência na explicação dos novos fenômenos (nazismo, fascismo e socialismo), aumentando, com isso, o espaço da Sociologia, Economia e Psicologia nestas análises; a inaplicabilidade do modelo norte-americano de democracia nos países não-industrializados, fato este que favoreceu os estudos comparativos da escola comportamentalista; a influência de intelectuais europeus exilados, que se instalaram nas universidades dos EUA, nas pesquisas sociais, trazendo “maior rigor teórico, novas perspectivas analíticas, habilidades em estatística e, acima de tudo, uma visão multidisciplinar, contribuindo enormemente para que a Ciência Política se tornasse uma ciência eclética e pluralista do ponto de vista metodológico” (idem, 2008, p.57).

Kirkpatrick (1962) destaca quatro características gerais para o estudo do comportamento político: 1) rejeição das instituições políticas como unidade de análise, privilegiando o comportamento do indivíduo; 2) identificação das ciências sociais como ciências comportamentais, enfatizando a unidade da ciência política com as ciências sociais; 3) metodologia de pesquisa por técnicas objetivas que observam, classificam e mensuram dados e se valem de formulações estatísticas e quantitativas quando possível; 4) construção de uma teoria empírica e sistemática na Ciência Política. Para este autor, a pesquisa do comportamento político têm enfatizado as atitudes e motivações dos indivíduos no esforço de descobrir os efeitos da personalidade no comportamento político. Entrevistas são utilizadas abrangentemente como fonte de dados, o que exige um estudo aprofundado de técnicas. Não se deve confundir as técnicas como o fim do comportamentalismo, mas sim como o instrumento para compreender o comportamento humano relacionado ao sistema político.

Quanto à multidisciplinaridade do empreendimento comportamentalista, é possível perceber que, em virtude desta, houve a proliferação de estudos culturais e do desenvolvimento político na política comparada, e de análises econômicas da política, com as primeiras abordagens da teoria da escolha racional. É interessante destacar que os teóricos da escolha racional podem ser enquadrados tanto nas abordagens comportamentalistas como nas neo-institucionalistas, sendo que o ponto comum entre as duas refere-se à busca dos indivíduos pela maximização da utilidade. A ineficácia da abordagem comportamentalista da escolha racional centrou-se na paralisia decisória resultante da ideia de maximização das preferências individuais. Em contrapartida, na abordagem institucional, as instituições passam a ser consideradas como variáveis independentes, que determinam o comportamento dos indivíduos.

A retomada das instituições para a compreensão do fenômeno político, de acordo com Peres (2008), se deve especialmente a dois processos. De um lado, a uma controvérsia teórica no campo da Economia referente ao problema da tomada de decisão em um contexto de escolhas coletivas (Paradoxo de Condorcet), e de outro, às consequências desta controvérsia nos estudos de congresso dos Estados Unidos de 1950 a 1970, quando confrontado aos dados empíricos do Congresso norte-americano, visto que, votando por regras majoritárias, não enfrentavam os problemas dos ciclos irracionais.

Dahl (1961) destaca o fator multidisciplinaridade como sendo o principal responsável pela perda de foco da Ciência Política, visto que as teorias sociológicas, econômicas e antropológicas eram uma constante nas abordagens dessa ciência. Peres (2008), refutando os argumentos de vários autores³, apresenta um quadro mais amplo de críticas ao paradigma comportamentalista: 1) a Ciência Política não é capaz de estabelecer leis como as ciências naturais; 2) o comportamento é apenas uma dimensão do fenômeno político; 3) problemas na quantificação de todos os dados relevantes à análise política; 4) discrepância entre as pretensões teóricas e os resultados da pesquisa comportamentalista; 5) necessidade de adoção de algum tipo de pesquisa aplicada; 6) a necessidade de comprometimento moral do pesquisador com a pesquisa realizada, o que afastaria ou relaxaria a premissa comportamentalista da radical neutralidade axiológica; 7) necessidade de uma redução dos enfoques multidisciplinares, de forma a garantir a especificidade da Ciência Política; 8) excesso de rigor metodológico e teórico, que afetaria a criatividade do pesquisador e poderia levar à estagnação teórica e metodológica.

As instituições políticas retornam, com gradativa força na década de 1970 na Ciência Política, como variáveis explicativas do processo decisório, e as produções científicas centram-se nas regras e nos desenhos constitucionais, exogenezando,

3. Dahl, 1961; Somit e Tanenhaus, 1967; March e Olsen, 1984; Skocpol, 1985; Dryzek e Leonard, 1988; Easton, 1969, 1998; Sened, 1991; Farr, 1995; Steinmo, Thelen e Longstreth, 1997; Immergut, 1998; Miller, 1998; Riker, 1998; Simon, 2000 (Peres, 2008, p.61).

quando considerados, os fatores econômicos e as instituições sociais. Em grande medida, o neo-institucionalismo surgiu como um movimento de dupla rejeição: ausência de cientificidade do antigo-institucionalismo e do contexto institucional das abordagens comportamentalistas. Nesta perspectiva, pode ser entendido como uma síntese epistemológica e metodológica dessas duas abordagens, mantendo do antigo institucionalismo, a centralidade das instituições na explicação do fenômeno político, e do comportamentalismo, a preocupação com o rigor teórico, com a precisão conceitual, especialmente da matemática geométrica, e com a orientação empírica da pesquisa (idem, 2008).

Cada corrente do neo-institucionalismo define as instituições de uma maneira particular. Para Hall e Taylor (1996), este possui três abordagens distintas: o histórico, da escolha racional e o sociológico. Para o primeiro, as instituições são procedimentos e estruturas do poder gerados pelas ideias e interesses dos atores que as constroem, e evoluem no tempo, sendo esta a preocupação analítica destes autores. Para o segundo, as instituições equivalem às regras formais que constroem a ação coletiva de atores racionais. E finalmente, para o neo-institucionalismo sociológico, as instituições são um sistema de símbolos, esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem padrões de significação que guiam a ação humana.

O neo-institucionalismo tem sido o paradigma hegemônico nos estudos da Ciência Política, em especial por constituir-se, genuinamente, em um paradigma sintetizador das abordagens anteriores, como observado anteriormente. Tal hegemonia pode ser compreendida à luz da própria finalidade do retorno das instituições, pois, as críticas às análises comportamentalistas demonstraram a necessidade deste retorno na compreensão dos fenômenos políticos. Porém, as abordagens comportamentalistas ainda se fazem presentes, pois a transição de um paradigma para outro não invalida o seu legado teórico/metodológico. Neste sentido, os estudos de cultura política, uma das vertentes deste paradigma, ainda compõe a agenda de pesquisa da Ciência Política.

A próxima sessão deste trabalho apresenta o debate do desenvolvimento econômico e democracia na Ciência Política, tentando “enquadrá-lo” em um dos dois principais paradigmas: comportamentalismo e neo-institucionalismo. Este exercício de reflexão, embora de extrema complexidade em virtude da extensão desse debate e pelas análises desenvolvimentistas serem concentrados em uma corrente própria, é bastante interessante quando pensado no contexto da interiorização de regras e padrões de um paradigma por uma determinada comunidade científica.

3. Desenvolvimento econômico e democracia nos paradigmas da Ciência Política

O trabalho pioneiro de Almond e Verba (1965) inaugura as pesquisas de survey em caráter mundial. A partir da definição de democracia como algo normativo que com-

bina modernidade, secularização, representação e agregação de interesses, os autores constroem as matrizes de cinco cenários gradativos para a democracia (México, Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Alemanha). A democracia norte-americana é utilizada como protótipo, e os demais países são avaliados de acordo com a proximidade ou distanciamento com esse modelo. A partir da comparação se deriva a ideia de que a socialização política é o melhor mecanismo para colocar todos os países na marcha para o progresso democrático. Para os autores, a cultura política é entendida como a orientação psicológica dos indivíduos pelos objetos políticos, e nesse sentido, seria a maneira pela qual uma população internaliza cognitivamente, sentimentos e avaliações do sistema político⁴. O desenvolvimento e a manutenção da democracia dependem tanto de aspectos formais como de culturais, e é nesse sentido que os autores introduzem o conceito de cultura cívica: cultura pluralística que combina aspectos da tradição e da modernidade, pela qual as pessoas ingressam na política.

Putnan (2006), pretendendo fazer um estudo comparado de regiões de um mesmo país, tenta verificar os principais elementos que diferencia o norte, com bom desempenho, do sul da Itália, com mau desempenho. O autor apresenta duas linhas argumentativas (hipóteses) dessa diferença: a primeira ligada à modernidade sócio-econômica, na perspectiva das consequências da Revolução Industrial, e a segunda relacionada à comunidade cívica, isto é, padrões de participação cívica e solidariedade social. A modernidade econômica e o desempenho institucional estão correlacionados ($r=0,77$), de forma que é possível visualizar as regiões italianas dispostas em dois grandes agrupamentos (norte/sul). Tendo em vista a diferença dos recursos financeiros disponíveis aos governos regionais e a estrutura da alocação de recursos no que tange a fórmula redistributiva adotada pelas autoridades centrais, apresenta a primeira importante constatação empírica de que, embora correlacionadas, a riqueza e o desenvolvimento econômico não explicam tudo. Dessa forma, adentra à ideia de comunidade cívica para investigar empiricamente o êxito de um governo democrático, utilizando-se de quatro indicadores do civilismo da vida regional, que foram construídos a partir das seguintes proposições: a) sociabilidade cívica é a vibração da vida associativa, b) o número de eleitores de jornais reflete o interesse dos cidadãos pelos assuntos comunitários, c) comparecimento às urnas em referendos, tendo em vista a peculiar motivação para tal, e d) voto preferencial. De maneira geral, as evidências empíricas corroboram para a afirmação de que nas regiões onde há mais associações cívicas, muitos leitores de jornais, muitos eleitores politizados e menos clientelismo parecem contar com governos mais eficientes, e neste caso, as diferenças são agudas entre as regiões que compõe o norte e sul da Itália (idem, 2006).

4. A orientação cognitiva refere-se ao conhecimento do sistema político, incluindo as noções de papéis, os insumos e os consumos. A orientação afetiva envolve o caráter performático dos papéis a serem desenvolvidos dentro do sistema político. A orientação por valores diz respeito às noções de opiniões e julgamentos morais, uma combinação de valores e critérios. (Almond e Verba, 1989).

Pretendendo ser um estudo de abrangência mundial sobre democracia⁵, Inglehart e Welsel (2009) pretendem verificar de que forma a modernização socioeconômica produz mudanças de valores culturais, e como tais mudanças tendem a favorecer a democracia, e esse processo é denominado de sequência do desenvolvimento humano. Na identificação das forças que moldam a mudança de valores, trabalham com a proposta de verificar o peso de variáveis econômicas (como PIB e natureza e composição da força de trabalho) e culturais (herança cultural, particularmente relacionada à tradição religiosa e heranças coloniais) em duas dimensões: valores tradicionais/valores seculares-rationais e valores de sobrevivência/valores de autoexpressão.

Dentre as constatações de “ordem econômica”, Inglehart e Welsel (2009) enfatizam que o desenvolvimento socioeconômico está fortemente relacionado aos valores culturais das sociedades, de forma que é possível visualizar as sociedades em clusters relativamente coerentes em relação à renda. Dentre as evidências de “ordem cultural”, os autores observam o posicionamento das diferentes sociedades em um mapa cultural, visualizando clusters culturais consistentes e também coerentes quanto à herança cultural, e evidências pontuais utilizadas pelos autores corroboram para o fato de que a nacionalidade do indivíduo ainda constitui-se num importante elemento de previsão de valores, e neste caso, “os alemães católicos são muito mais alemães do que católicos” (p.96) e “os valores dos alemães ricos são mais semelhantes aos dos alemães pobres do que aos dos suíços ou americanos ricos” (p.99). Quanto às observações de “ordem institucional”, os autores afirmam que os aspectos puramente institucionais não conseguem explicar a estabilidade democrática (democracia liberal efetiva), de forma que, é possível ter direitos institucionalizados sem uma democracia efetiva. O impacto dos valores de autoexpressão desempenha um papel mais significativo para o desenvolvimento democrático se comparado a reformulações constitucionais (democracia constitucional) ou a universalização do sufrágio (democracia eleitoral). E, retomando as três dimensões apreendidas pelos autores (socioeconômica, cultural e institucional), cabe ainda salientar a contribuição de cada uma dessas dimensões ao desenvolvimento humano, que se daria, respectivamente, com o aumento da capacidade das pessoas para agir conforme suas escolhas, aumento da prioridade, e por fim, ampliação dos direitos destas para agir conforme suas escolhas.

Os argumentos apresentados até aqui se enquadram no paradigma comportamentalista, mais precisamente nas análises culturais na política comparada. Almond, Verba, Putnam e Inglehart, Welsel, pretendem explicar a democracia, sobretudo, como resultado da interação de valores culturais. Para eles, a cultura é considerada como variável independente, porém, as instituições importam, mas não explicam, e

5. Análises as evidências de mudanças culturais em quatro ondas de levantamentos nacionais: 1981-83; 1989-91; 1995-97; e 1999-2002, em 81 sociedades dos 6 continentes, envolvendo 85% da população mundial, e faz parte da Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey).

por isso, são variáveis dependentes neste processo, conforme já salientavam os teóricos comportamentalistas. Tais autores se ocupam de pesquisas analíticas, empiricamente orientadas, e no caso de Putnam e Ingleharte Welsel, técnicas estatísticas avançadas são utilizadas, e estes são alguns dos elementos característicos do paradigma comportamentalista observados na primeira seção deste trabalho. Quanto ao desenvolvimento econômico propriamente dito, os três autores comungam da perspectiva de que este, isoladamente, não é capaz de explicar as diferenças entre as democracias dos diversos países em análise, ou seja, são importantes, mas não determinantes.

Para Seymour Lipset (1967), a variável modernização (desenvolvimento econômico) mensurada através da riqueza, industrialização, urbanização e educação, é condição necessária e suficiente para o estabelecimento do regime democrático. Nessa lógica, quanto maior a renda menor seriam as disparidades econômicas, e maior a inclusão dos indivíduos na esfera de participação. Esta sequência de relações interdependentes levaria a ampliação da classe média, caracterizada pela moderação e não propensão ao conflito social, e também maior seria a receptividade dos cidadãos às regras democráticas. Esse modelo de democratização asseguraria também a construção de uma burocracia efetiva, para evitar práticas de nepotismo, além de permitir e estimular na sociedade a construção de associações e organizações voluntárias (Laisner, 2008).

Samuel Huntington (1975)⁶, ao avaliar os argumentos propostos por Lipset, apresenta alguns contrapontos. O primeiro deles é que o aumento do desenvolvimento econômico não gera necessariamente estabilidade democrática, pois, para ele, estas duas variáveis são independentes. Contextos marcados por um elevado crescimento econômico nem sempre são acompanhados por uma efetiva estabilidade institucional, e em geral, estes dois processos são inversamente proporcionais. A saída, segundo Huntington, seria a combinação entre crescimento econômico (modernização) e fortalecimento das instituições políticas (burocracia, partidos, etc.), e dessa forma, o deslocamento do mundo tradicional para o mundo moderno viria acompanhado de novos valores e atitudes necessárias para a manutenção do sistema democrático.

6. Apesar da aparente contraposição de Huntington à Lipset, num segundo momento, ao avaliar os aspectos econômicos da terceira onda de democratização, os autores se aproximam. Huntington (1994) afirma então que os fatores econômicos possuem um impacto significativo sobre o processo de democratização, embora não sejam determinantes, pois não há um nível ou padrão de desenvolvimento econômico que seja suficiente para provocar a democratização: “Primeiro, o nível de bem-estar econômico no interior da própria sociedade modela os valores e as atitudes de seus cidadãos, estimulando o desenvolvimento de sentimentos de confiança interpessoal, de satisfação com a vida e de concorrência, que, por sua vez, têm uma forte correlação com a existência de instituições democráticas. Segundo, o desenvolvimento econômico aumenta os níveis de instrução da sociedade (...). Mais pessoas com maior instrução tendem a desenvolver as características de confiança, satisfação e concorrência que acompanham a democracia. Terceiro, o desenvolvimento econômico faz com que haja mais recursos para serem distribuídos entre os grupos sociais (...). Finalmente, o desenvolvimento econômico promove a expansão da classe média” (idem, 1994, p. 73-74)

Outro estudo relevante na agenda de pesquisa dos teóricos da modernização foi liderado por Adam Przeworski, e sua proposta geral era testar algumas hipóteses consagradas pela literatura desenvolvimentista. Przeworski, Cheibub e Limongi (2003) acreditam que os fatores econômicos e institucionais seriam suficientes para gerar uma explicação convincente da dinâmica das democracias sem que fosse necessário recorrer à cultura, embora salientem que certas culturas sejam incompatíveis com a democracia. Passando aos testes de hipóteses, Przeworski e Limongi (1994) destacam que os regimes autoritários são mais vulneráveis às crises econômicas que os regimes democráticos na América do Sul, e a sobrevivência destes últimos, por sua vez, depende mais do clima político internacional e da história política anterior do que do desempenho econômico. Ao estender os testes de sobrevivência e morte de regimes políticos a 135 países, Przeworski et al. (1997), afirmam que democracia, riqueza, crescimento com inflação moderada, desigualdade decrescente, um clima internacional favorável e instituições parlamentaristas, seriam condições que deveriam estar presentes num determinado país e no mundo em t-1 para que houvesse maior probabilidade de se estabelecer um regime democrático em t.

Os argumentos de Lipset podem ser enquadrados no paradigma comportamentalista, enquanto de Huntington poderia ser alocado no momento da transição paradigmática da Ciência Política. As pesquisas lideradas por Przeworski apresentam mais as características do neo-institucionalismo, em especial por enfatizarem que os fatores institucionais e econômicos são suficientes para a compreensão da democracia.

4. Satisfação com a democracia e desenvolvimento econômico na América Latina (1997-2009)

A proposta principal é verificar se a satisfação com a democracia está associada ao grau de desenvolvimento socioeconômico do país, ou dito de outra forma, objetivava-se examinar como uma variável cultural se associa a variáveis econômicas. Os dados referentes à “satisfação com a democracia” são mensurações das manifestações de opinião da população, via surveys, e constam no banco de dados do Latinobarômetro. Tal variável indica a confiança demonstrada nas instituições representativas centrais ao funcionamento desses regimes. Cabe aqui destacar que se trata de uma análise que busca o efeito de fatores econômicos na satisfação com a democracia, e que por conta disso, as variáveis políticas propriamente ditas (diferentes sistemas eleitorais, estabilidade dos quadros partidários, longevidade das ditaduras etc.) não são consideradas. Desse modo, esta seção constitui-se numa tentativa de aproximação aos estudos comportamentalistas.

A presente seção está organizada em quatro partes. Na primeira serão apresentados os percentuais de satisfação com o regime democrático nos países da América Latina, no período de 1997 a 2009, conforme disponibilidade de dados do Latinoba-

rômetro. Posteriormente são observadas as médias do PIB per capita (uma forma de mensurar desenvolvimento econômico, considerada as devidas ressalvas quanto aos problemas da distribuição de renda, não captados por este dado), as médias da satisfação com a democracia e o coeficiente de Gini⁷ (principal medidor da desigualdade de um país, pois centra-se nas disparidades de distribuição de renda) dos países da América Latina⁸. Porém, quanto a este último, a ausência de dados do Banco Mundial para a presente série temporal - para cada um dos países havia apenas um índice disponível e que não apresentava uma padronização quanto ao ano de tal disponibilidade - fez com que não fossem realizados testes de correlação. Estes estão na sequência desta sessão, pois são apresentados os resultados das correlações da variável cultural (satisfação com a democracia) com variáveis econômicas.

A tabela 1 apresenta as manifestações de satisfação com a democracia. Nota-se, de maneira geral, que não há uma lógica ascendente, e nem o oposto, para nenhum dos países supracitados. A média desta região é de 34,3%, mas tal percentual acaba não sendo muito relevante, visto que as diferenças entre os países são bastante consideráveis. Destes, o Uruguai apresentou a maior média (61,9%), seguido pela Costa Rica (53,7%). Dentre os países com menor percentual de satisfação com a democracia destacam-se o Paraguai (15,3%) e o Peru (17,1%). Porém, quanto a este último, a ausência de dados do Banco Mundial para a presente série temporal - para cada um dos países havia apenas um índice disponível e que não apresentava uma padronização quanto ao ano de tal disponibilidade - fez com que não fossem realizados testes de correlação. Estes estão na sequência desta sessão, pois são apresentados os resultados das correlações da variável cultural (satisfação com a democracia) com variáveis econômicas.

A tabela 1 apresenta as manifestações de satisfação com a democracia. Nota-se, de maneira geral, que não há uma lógica ascendente, e nem o oposto, para nenhum dos países supracitados no período observado. A média desta região é de 34,3%, mas tal percentual acaba não sendo muito relevante, visto que as diferenças entre os países são bastante consideráveis. Destes, o Uruguai apresentou a maior média (61,9%), seguido pela Costa Rica (53,7%). Dentre os países com menor percentual de satisfação com a democracia destacam-se o Paraguai (15,3%) e o Peru (17,1%).

Uma interpretação interessante sobre as variações do grau de satisfação com a democracia foi realizada por González (2011). Para ele, “a variável aprovação do governo indica um elemento interveniente, que provoca a alteração da avaliação do

7. Vários autores convergem com a ideia de que a equidade de distribuição de renda seria um fator indispensável para a manutenção do regime democrático.

8. “Verifica-se que o crescimento econômico nesta região não tem sido acompanhado de reduções significativas e duradouras de pobreza e desigualdade. A estimativa do aumento de pobres na região indica que de 1982 para 1993 o número total de pobres aumentou de 78 para 150 milhões e para o ano de 2000, esse número aumentou para 210 milhões. Em 2005 a situação, se considerada num sentido macro, pouco se alterou”. (Baquero, 2007, p.33)

regime político” (idem, p.56). Ao observar o comportamento das variáveis “satisfação” e “apoio” à democracia, com a confiança nas instituições na América Latina no período de 1996 a 2007, o autor argumenta que essa flutuação pode estar vinculada há mudança de governo, visto que a eleição de um novo líder político vêm acompanhada de um aumento das expectativas dos indivíduos, que, por conseguinte, afetaria de maneira positiva a avaliação das instituições. Os níveis de confiança nas instituições (presidente, congresso, partidos e poder judiciário) neste continente são próximos ou inferiores àqueles manifestados em relação à satisfação com a democracia, e a avaliação dos presidentes é a que apresenta a maior média (38,5%).

Tabela 1

Percentual de satisfação* com a democracia nos países da América Latina⁹ (1997-2009)¹⁰

ANO/PAÍS	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média
ARGENTINA	42	50	46	20	8	34	34	34	51	33	34	36	35,2
BOLÍVIA	33	34	22	16	24	25	18	22	39	41	33	50	29,8
BRASIL	23	27	19	21	21	28	28	22	36	30	38	48	28,4
CHILE	37	32	33	25	28	33	42	46	42	37	41	53	37,4
COLOMBIA	40	24	28	9	11	22	29	29	33	32	40	42	28,3
COSTA RICA	68	54	61	51	75	47	47	39	48	47	44	63	53,7
ECUADOR	31	34	23	15	16	24	14	14	22	35	37	33	24,8
EL SALVADOR	48	47	28	21	39	33	37	36	25	34	37	60	37,1
GUATEMALA	40	57	36	16	35	21	20	28	31	30	27	30	30,9
HONDURAS	49	37	43	32	62	37	29	26	34	30	25	31	36,3
MEXICO	45	21	37	27	18	18	18	23	41	31	23	28	27,5
NICARAGUA	51	26	16	24	59	31	20	18	26	43	38	35	32,3
PANAMA	39	34	47	21	44	24	35	20	40	38	34	61	36,4
PARAGUAY	16	24	13	10	7	9	14	15	12	9	23	31	15,3
PERU	21	18	24	16	18	11	6	13	23	17	16	22	17,1
URUGUAY	65	68	69	55	53	44	44	63	66	66	71	79	61,9
VENEZUELA	36	35	55	41	40	37	42	55	57	59	49	49	46,3
AM. LATINA	41	37	36	25	33	29	28	30	37	36	36	44	34,3

Fonte: Latinobarômetro.

*Respostas “muito satisfeito e satisfeito com a democracia”.

9. Em função da ausência de dados no decorrer da presente série temporal, a República Dominicana foi excluída das análises deste artigo.

10. Não houve survey no ano de 1999.

A tabela 2 apresenta a média da satisfação com a democracia, o coeficiente de Gini, e a média do PIB per capita dos países da América Latina de 1997 a 2009. Os dois últimos indicadores pretendem mensurar o desenvolvimento econômico de um país, porém, o coeficiente de Gini capta os efeitos da distribuição de renda, variando de 0 a 1 (limites não observáveis no mundo real), sendo 0 o valor atribuído à total distribuição de renda, e 1 o valor à total concentração de renda. Já o PIB per capita é um dado mais bruto, em que um bom valor não indica a riqueza de uma nação, já que as disparidades entre as frações mais ricas e mais pobres de uma sociedade contribui para o enviesamento desse indicador. De todo modo, é interessante observar como estes diferentes elementos podem se relacionar com a satisfação democrática, e objetiva-se, com isso, verificar se os países com “alto desenvolvimento econômico” e boa distribuição de renda são os que apresentam os maiores percentuais de satisfação com o regime democrático. Cabe aqui salientar que esta relação possui um nível de generalização e abstração muito elevado, pois apenas duas variáveis isoladas não conseguem explicar um fenômeno tão complexo e transitório que é a percepção dos indivíduos sobre um regime político. Outro elemento a ser ressaltado é que a satisfação com a democracia, ou seja, os resultados dos surveys, pode não representar como são de fato as democracias latino-americanas.

Pressupõe-se, aqui, algo análogo ao modelo de Downs (1999), presente ainda na perspectiva comportamentalista da teoria da escolha racional. Para este autor, o homem racional, é 1) o indivíduo que consegue tomar uma decisão diante de várias alternativas, 2) classifica estas alternativas em ordem de preferência, 3) seu ranking de preferência é transitivo, 4) este indivíduo sempre escolhe a primeira alternativa desse ranking, 5) sempre toma a mesma decisão quando confrontado com as mesmas alternativas. O homem racional no mundo modelo de Downs, orienta seu comportamento mais em direção ao bem estar econômico e político, logo, toma decisão de acordo com sua crença na alternativa que lhe proporcionará maior benefício, e neste processo de ação, a racionalidade se refere aos meios e não aos fins. No caso da lógica do voto, os homens racionais não estão interessados na política propriamente dita, mas em suas utilidades.

Colocando a devida ressalva de que no pressuposto de Downs, os homens seriam considerados irracionais caso exibissem um comportamento de outra esfera, ou um comportamento político (meios) que não o ajudasse a atingir seus objetivos políticos (fins) eficientemente (idem, p.31), neste esboço de compreensão da manifestação dos indivíduos sobre a democracia (respostas ao surveys enquanto fim), a situação socioeconômica dos indivíduos - representada, de maneira agregada, através dos resultados econômico e social de cada país - é o principal elemento que influencia na manifestação destes sobre o regime político. Assim, o homem racional da presente

abstração sempre afirma estar satisfeito com a democracia quando suas condições socioeconômicas estão boas. Deste modo, espera-se encontrar, em países mais desenvolvidos economicamente, indivíduos mais satisfeitos com a democracia.

Tabela 2

Satisfação com a democracia e distribuição de renda nos países da América Latina: Médias para o período de 1997-2009

Variáveis/Países	Satisfação	Ranking	Gini	Ranking	PIB per capita*	Ranking
Uruguay	61,9	1	42,4	2	5976	4
Costa Rica	53,7	2	50,3	8	4362	6
Venezuela	46,3	3	43,5	3	4855	5
Chile	37,4	4	22,6	1	6099	2
El Salvador	37,1	5	46,9	5	2479	11
Panamá	36,4	6	52,3	11	4340	7
Honduras	36,3	7	57,7	15	1212	15
Argentina	35,2	8	45,8	4	6008	3
Nicaragua	32,3	9	52,3	11	818	17
Guatemala	30,9	10	53,7	12	1912	13
Bolívia	29,8	11	57,3	14	1049	16
Brasil	28,4	12	53,9	13	4330	8
Colômbia	28,3	13	58,5	16	2890	9
México	27,5	14	51,7	9	6542	1
Ecuador	24,8	15	49,0	7	2181	12
Perú	17,1	16	48,0	6	2525	10
Paraguay	15,3	17	52,0	10	1373	14

Fonte: Banco Mundial e Latinobarômetro.

*PIB per capita em US\$, a preços atuais.

Inicialmente, é interessante destacar o caso do Chile, com distribuição de renda próxima dos países altamente desenvolvidos (Gini= 22,6) e o 2º maior PIB per capita deste continente, apresenta a 4ª melhor colocação quanto à satisfação democrática (37,4), embora muito abaixo do primeiro colocado neste quesito, o Uruguai (61,9). Este possui bons níveis de desenvolvimento econômico quando comparado aos demais países, e distribuição de renda razoável (Gini= 42,4). Costa Rica e Venezuela,

os segundo e terceiro colocados em percentuais de satisfação com o regime seguem lógica similares, pois apresentam bons PIB per capita e Gini.

Até aqui, parece haver certa coerência entre os indicadores de desenvolvimento e distribuição de renda com satisfação democrática. Os países localizados em posições medianas quanto à democracia (do 5º ao 13º colocados), apresentam-se também na média em relação aos dois outros indicadores, com exceção do El Salvador e da Argentina, com bons desempenhos. O Brasil é o 8º país com maior PIB per capita e o 13º quanto ao coeficiente de Gini, indicando má distribuição de renda, e em relação ao percentual de satisfação com a democracia, é também não satisfatório, ocupando a 12º colocação.

Dentre os quatro países que ocupam a base desta tabela, o México constitui num caso bem particular, já que apresenta o melhor PIB per capita da América Latina, mediana distribuição de renda (Gini= 51,7), mas com baixo percentual de satisfação com o regime vigente (27,5). Neste caso, bom desempenho econômico não parece ser suficiente para que seus cidadãos se manifestem satisfeitos com a democracia. Peru e Paraguai são os países com menor percentual de aceitação democrática (17,1 e 15,3, respectivamente), porém, nos dois outros quesitos não os piores dessa amostra. A caráter ilustrativo, apenas o México e o Chile apresentam PIB per capita superior à média mundial (US\$ 6056). Todos os países que possuem PIB per capita inferior à média do continente (US\$3.468), também apresentam percentual de satisfação inferior à média desta região (34,3%).

Antes de passar aos resultados das correlações, algumas observações merecem ser feitas. Apesar de ser um ótimo indicador, conforme justificado anteriormente, não utilizou-se o coeficiente de Gini nestes testes, devido a ausência de dados para esta série histórica. Portanto, apreendeu-se as seguintes variáveis: PIB per capita (captação dos efeitos de longo prazo), IDH (medidor do desenvolvimento humano, sendo o PIB per capita um componente desse índice) e crescimento do PIB (captação dos efeitos mais circunstanciais). Apesar da natureza diferente desses indicadores, estes foram selecionados de forma a contemplar dois objetivos: a) “de ordem temporal” (as flutuações econômicas de um país -crises internas, externas etc.- num determinado ano podem estar relacionadas à percepção dos indivíduos quanto ao regime vigente neste mesmo ano?) e b) “de ordem social” (o desenvolvimento humano de um país – medido pelo IDH, um índice que não costuma sofrer variações significantes a curto prazo, está associado à satisfação democrática?).

Como resultado dessas correlações, a satisfação com a democracia está associada ao PIB per capita, mostrando uma correlação positiva de 0,424 (ver anexo 1 –alguma regularidade, inclinação positiva para a direita, da nuvem de pontos). Embora tal correlação não seja muito forte, foi a melhor encontrada, visto que com o IDH obte-

ve-se $r = 0,245$ e $r = 0,075$ com a taxa de crescimento do PIB. Tendo em vista que o PIB per capita constitui-se em uma das variáveis retidas na construção do IDH, a correlação entre as duas é bastante forte ($r = 0,775$), indicando tais indicadores quase a mesma coisa¹¹.

Com base nestas correlações, observou-se que a satisfação com a democracia é parcialmente associada ao grau de desenvolvimento socioeconômico do país, mas não é associada às taxas de crescimento econômico. A satisfação com este regime está ligada a fatores que dizem respeito à trajetória econômica do país (o nível de renda per capita é resultado de longo prazo da economia de um país, que não se altera repentinamente) e não a fatores mais circunstanciais, como o crescimento do PIB.

5. Considerações finais

Embora a ideia da apreensão de uma ciência pelo estudo de paradigmas seja, por vezes, criticada, tendo em vista que a escolha por um ou outro paradigma dependeria do consenso de uma comunidade científica, e este sentimento de comunhão harmônica não se faz presente no mundo científico real, conforme observou Bourdieu (1976), os estudos dos paradigmas é um instrumento legítimo para compreender o desenvolvimento histórico-epistemológico da Ciência Política, conforme pode ser observado neste trabalho.

De maneira sintética, ao tentar enquadrar os teóricos que abordam desenvolvimento econômico e democracia dentro dos paradigmas, foi observado uma predominância da abordagem comportamentalista neste debate. Como um exercício característico desta abordagem, realizou-se algumas análises sobre a relação de variáveis econômicas e a percepção dos indivíduos quanto ao regime democrático, ou seja, tentou-se verificar de que maneira tais variáveis poderiam interagir com uma variável cultural.

Os resultados dos surveys demonstraram as diferenças de opinião entre os cidadãos dos diversos países da América Latina quanto à satisfação com a democracia. Além das diferenças visualizadas nos percentuais de satisfação entre os países, observou-se variações consideráveis em alguns deles no decorrer da série histórica analisada, e nesse sentido, caberia um estudo mais pormenorizado de cada um, que abarcasse esferas mais amplas de análise (histórica, partidária, econômica etc.) para tentar compreender tais variações.

Em síntese, a situação econômica e social de um país parece influenciar, de alguma maneira, as manifestações individuais sobre a satisfação com a democracia.

11. Ver síntese no modelo de regressão (anexo 2).

Ou seja, a democracia considerada como um regime que representa os interesses da população (demandas), pode ser percebida pelos seus cidadãos através, principalmente, das políticas públicas implementadas, e a efetividade destas podem resultar numa boa percepção de democracia. O crescimento e desenvolvimento econômico de um país fornecem as condições elementares para a manutenção dos regimes democráticos, conforme afirmavam os teóricos da modernização, e o que se pretendeu na última seção desse trabalho foi observar como se dá esta relação, embora bastante reducionista e ainda incompleta, pois a realização de outros testes que contemplassem outras variáveis explicativas, tais como investimento público em educação, saúde, entre outros, poderiam fortalecer este argumento, bem como a utilização de explicações institucionais, que como mencionado, não fizeram parte da análise empírica.

6. Referências bibliográficas

- ALMOND, Gabriel, VERBA, Sidney. *The civic culture*. Political attitudes and democracy in five nations. USA/Canadá: Little, Brown and Company, 1965.
- ALMOND, Gabriel, VERBA, Sidney. In: *The Civic Culture Revisited: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Newbury Park, Sage, 1989.
- BAQUERO, M. *Democracia e Desigualdades na América Latina: novas perspectivas*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- BOURDIEU, P. Le champ scientifique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, vol.2, nº 2-3, pp. 88-104, 1976.
- DAHL, R. The Behavioral Approach in Political Science: Epitaph for a Monument to a Successful Protest. In: *American Political Science Review*, 55/04, pp. 736-772, 1961.
- DOWNS, A. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- DRYZEK, J. Revolutions Without Enemies: Key Transformations in Political Science. In: *American Political Science Review*, 100/04, pp. 487-492, 2006.
- EASTON, D. Political Science in the United States: Past and Present. In: *International Political Science Review*, 06/01, pp 487-492, 1985.
- GONZÁLEZ, R. S. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: *Cultura (s) política (s) e democracia no século XXI na América Latina* / org. Marcello Baquero. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- HALL, Peter. A. e TAYLOR, Rosemary C. (1996), “Political Science and the Three New Institutionalisms”. *Political Studies*, nº XLIV, pp. 936-957, 1996.
- HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense universitária; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

- HUNTINGTON, P. S. *A Terceira onda: a democratização no final do século XX*. Editora Ática: São Paulo, 1994.
- INGLEHART, R., WELZEL, C. *Modernização, Mudança Cultural e Democracia: A sequência do desenvolvimento humano*. Brasília: Editora Francis/Verbena Editora, 2009.
- KIRKPATRICK, E. The impact of the Behavioral Approach on Traditional Political Science. In: RANNEY, A. *Essays on the Behavioral Study of Politics*. Urbana: University of Illinois Press, 1962.
- KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- LAISNER, R. Visões da democracia: o debate entre tradições e o caminho para um novo modelo. In: *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol.2/2008.
- LIPSET, Seymour M. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- PERES, P. Comportamentalismo ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.23, nº68, São Paulo: out.2008.
- Przeworski, a; alvarez, m; cheirub, j; Limongi, f. o que mantém as democracias? In: *Lua Nova*, nº 40/41, São Paulo: 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n40-41/a06n4041.pdf>. Acesso em 12/07/2012.
- Przeworski, a; cheirub, j; Limongi, f. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. In: *Lua Nova*, nº 58, São Paulo: 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452003000100003&script=sci_arttext. Acesso em 13/07/2012.
- Przeworski, a; cheirub, j; Limongi, f. Democracia e desenvolvimento na América do Sul, 1946-1988. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 24, Anpocs, São Paulo, 1994.
- PUTNAM, ROBERT D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- RHODES, R. Old Institutions: Legal Perspective. In: RHODES, BINDER and ROCKMAN, *Oxford Handbook of Political Institutions*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- ROTHSTEIN, B. Political Institutions: An Overview. In: GOODING, R and KLINGEMAN, H. *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford: Oxford University Press, 1996.

Anexos

Satisfação com democracia e PIB per capita (r = 0,424)

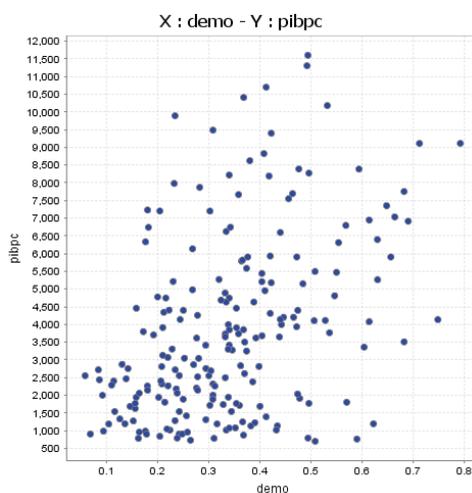
	Sum of Squares	Df	Mean Square	F	Sig.
Regression	0,83	2	0,415	22,464	0
Residual	3,715	201	0,018		
Total	4,546	203			

Coefficientes

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	0,235	0,02		11,952	0
Crescimento do PIB	0,002	0,003	0,055	0,865	0,388
PIB per capita	0	0	0,421	6,6	0

* $Satisfação\ com\ democracia = \alpha + \beta_1\ Crescimento\ do\ PIB + \beta_2\ PIB\ per\ capita.$
 $R = 0,427; R\ square = 0,183; Adjusted\ R\ Square = 0,175, Error\ of\ the\ Estimate = 0,13595$

Modelo para satisfação com a democracia*



* $Satisfação\ com\ democracia = \alpha + \beta_1\ Crescimento\ do\ PIB + \beta_2\ PIB\ per\ capita.$
 $R = 0,427; R\ square = 0,183; Adjusted\ R\ Square = 0,175, Error\ of\ the\ Estimate = 0,13595$

Fonte: Latino-barômetro, Banco Mundial.

